

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Lourdes
Sprenger



Mônica
Leal



Aldacir
Oliboni



Cláudia
Araújo



Psicóloga
Tanise
Sabino



Ramiro
Rosário



020ª COSMAM Audiência Pública 25JUN2024

Pauta: Audiência Pública para apresentação, por parte da SMS, do Relatório de Gestão de Saúde do 1º quadrimestre de 2024.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (10h07min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Esta reunião é para apresentar o Relatório de Gestão de Saúde do 1º quadrimestre de 2024, justificando que, devido à catástrofe da enchente, foi necessário transferir a data por questões de sistema e questões de levantamento de dados da própria secretaria, sendo inviabilizada a reunião na data anterior. Edital da audiência pública. (Lê.):

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA à comunidade Porto-Alegrense a realização de Audiência Pública destinada à apresentação, pelo Poder Executivo, do Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde referente às atividades de gestão da saúde do 1º quadrimestre de 2024, em atendimento ao § 5º do art. 36 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (ações e serviços públicos de saúde), no dia 25/06/2024 (terça-feira), às 10 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar do evento através do *link* disponibilizado na página da Agenda Única deste Legislativo: <https://agenda.camarapoa.rs.gov.br>. Porto Alegre, 06 de junho de 2024. VEREADOR MAURO PINHEIRO, Presidente.

Esse edital foi publicado em 10 de junho de 2024, no *site* da Câmara; dia 10 de junho de 2024, no DOPA – Diário Oficial de Porto Alegre; e 11 de junho de 2024, num jornal de grande circulação, Jornal do Comércio. Na audiência pública será realizada a apresentação do relatório, com questionamentos posteriores. Anuncio os vereadores presentes: Ver.^a Tanise, Ver. Oliboni, Ver. Ramiro e esta vereadora, que preside os trabalhos. Foram convidados: gabinete do prefeito; gabinete da Saúde Procuradoria do Município; Hospital de Pronto Socorro; Hospital Materno Infantil, Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul. São esses que confirmaram, mas as nossas correspondências de convites foram para vários órgãos relacionados às atividades da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e eu, já de início, passo a palavra para os vereadores que podem ir se inscrevendo para fazer a sua manifestação, começando pela Ver.^a Tanise, Ver. Oliboni e Ver. Ramiro.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu vou aguardar a explanação do secretário, no final faço uma análise do que é possível cobrar.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Ver.^a Tanise.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Bom dia, vereadora, também quero esperar a apresentação do secretário.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Ver. Ramiro.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Da mesma forma, Ver.^a Lourdes, podemos ver a apresentação primeiro.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. O Sr. Fernando Ritter, secretário municipal da Saúde, está com a palavra.

SR. FERNANDO RITTER: Bom dia, Ver.^a Lourdes, Ver. Oliboni, Ver. Ramiro, Ver.^a Tanise, desculpe se eu esqueci mais alguém aqui. Também cumprimento a Dra. Márcia Bento, representando o Ministério Público; o Dr. Benvegnú, representando o Grupo Hospitalar Conceição; os nossos colegas da Secretaria da Saúde, que aqui já se colocaram no *chat*, já fizeram sua apresentação; todas as coordenações estão presentes aqui para gente poder tirar dúvida; também nosso Conselho Municipal de Saúde, eu vi aqui que o nosso vice-presidente, Bohn Gass, também está aqui presente, obrigado pela presença, assim como todos os representantes de conselhos e sindicato; vi que o SERGS também está aqui presente e demais sindicatos, em nome deste, eu cumprimento todos os sindicatos e todos os trabalhadores da Secretaria de Saúde e da nossa Câmara de Vereadores aqui também presentes.

Eu vou começar aqui fazendo a apresentação do relatório, como foi colocado pela nossa vereadora. Em função de tudo que aconteceu, acabou atrasando essa apresentação, mas a apresentação estava pronta, não tivemos prejuízo com relação à possibilidade de apresentar, mas eu acho que o momento fez com que a gente...

(Problemas na conexão.)

SR. FERNANDO RITTER: Voltamos, então?

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Secretário, só para anunciar que a Ver.^a Cláudia entrou na Audiência.

SR. FERNANDO RITTER: Está bem, obrigado; deixa só eu compartilhar a tela aqui, vamos voltar aqui à nossa apresentação. Bom, como a gente falou aqui, a nossa missão é proporcionar o bem estar das pessoas em ações de promoção e prevenção, tratamento e reabilitação – essa é a nossa missão desde o início da gestão Então é óbvio que a gente precisa começar, obrigatoriamente falando um pouquinho sobre essa calamidade que acabou assolando todos nós,

gaúchos; em Porto Alegre, especialmente a região norte, a região central e região sul; então, a gente não pode esquecer que esta foi a maior tragédia ambiental da história do Brasil. As respostas foram coordenadas – a gente sempre usa esse gráfico aqui, que mostra os períodos de respostas frente aos impactos sobre a saúde; dizer então que do dia 1º ao dia 05 de maio, teve o início das inundações, instalamos aqui uma equipe interna da Secretaria Municipal de Saúde, fizemos todo o processo de resgate, contamos muito com apoio de todos os trabalhadores, voluntários, vereadores estiveram presentes, colegas de secretaria e muitas pessoas. Isso foi de fundamental importância, porque não existe tragédia sem apoio de todos, cada um teve seu papel. Algumas pessoas acabam vendo, tendo uma visão às vezes apenas local, achando que não está acontecendo, mas por trás tem todo um movimento que foi importante. A Secretaria Municipal de Saúde esteve presente em todos os processos; é óbvio que onde a gente via que poderia despender menos esforços, a gente não colocava, onde gente precisava despender mais esforços, a gente acabava direcionando as nossas ações. Tem o processo de recuperação que envolve o atendimento dos casos de doenças transmissíveis. Lembro que chegamos a 152 abrigos, com mais de 15 mil pessoas, passamos pelo primeiro momento em que precisávamos renovar as receitas das pessoas, precisávamos tratar questões de lesões de peles, pelos contatos que tiveram com a água, também o uso de antibiótico como profilaxia, conforme recomendações e orientações, dizer que aqui sempre tivemos o consenso, alinhados ao governo federal e ao governo estadual sobre isso. As ações de vigilância, tivemos problemas respiratórios, tivemos várias ações, como de vacinação, que foram importantes; agora estamos no processo de reconstrução disso, entramos já em todas nossas unidades, estamos fazendo o processo de limpeza, que não é um processo de limpeza simples. Já é difícil dentro de uma casa, dentro de uma unidade de saúde, onde tivemos coisas simples, que talvez alguns não conheçam, mas quem trabalha mais na área da saúde sabe que nas unidades de saúde há caixas onde são descartados seringas e agulhas já utilizadas – essas caixas de papel foram inundadas, e as seringas obviamente boiaram,

espalhando-se por todos os espaços das unidades de saúde, isso gera obviamente uma necessidade de catar uma por uma, então demora um pouquinho mais; então, explicando para vocês que os processos são diferentes; dizer que todo o processo nosso foi organizado através de montagem de papéis e funções; nós temos então o mapeamento do nosso Programa Vigidesastre-capital Porto Alegre/RS, que fez todo monitoramento da mancha, as nossas unidades de saúde, dizer que tivemos primeiro 26 unidades de saúde atingidas e que, mais diretamente, tivemos 15 unidades de saúde, dois CAPS que tiveram maiores prejuízos, dizer que neste momento estamos com 14 unidades de saúde ainda sem possibilidade de gente voltar às atividades, duas unidades de saúde, a do Lami e a do Morro dos Sargentos, a gente já voltou às atividades no mesmo local, porque a água acabou atingindo uma altura mais baixa, permitiu a gente voltar, ainda com problemas, portas empenadas, algumas questões, assim, de alguns equipamentos, mas a gente já conseguiu voltar; obviamente que a região mais atingida, região norte, região centro, nossa Unidade de Saúde Santa Marta foi atingida. Nós seguimos sempre o acompanhamento das previsões e atualizações dos níveis da água do Guaíba, bem como o nosso Programa Vigidesastre-capital Porto Alegre/RS de desastre, que é uma parte da nossa Vigilância em Saúde emitiu alertas quanto às unidades de saúde localizadas nas áreas de risco, também fez condução, sugestões e orientações das nossas atividades. Lembrar que aqui tem o *link* das publicações da nossa Vigilância em Saúde; então, desde o início a gente fez várias publicações. Aqui é o *site* que mostra claramente as orientações para população em situação pós-enchentes, higienização dos ambientes pós-enchentes, como fazer a limpeza e a higienização dos reservatórios de água potável, os cuidados com mercadorias em geral em contato com água da enchente, publicações no contexto das enchentes ainda, análise situacional do ambiente, doenças transmissíveis, consumo de água, a questão dos abrigos, materiais informativos. É importante destacar aqui os nossos cenários epidemiológicos pós-enchente. Então, esse é um material extremamente rico e importante, basta clicar neles; dentro nós temos estabelecimento de saúde em geral, estabelecimento de saúde bucal, escola

educação infantil, recomendações de trabalhos; cada um desses itens aqui, por exemplo do Programa Vigidesastre-capital Porto Alegre/RS, os alertas que nós fizemos, as doenças transmitidas, as orientações a serem adotadas em caso de suspeita de leptospirose, cenário do desastre climático, consumo e utilização de água, ou seja, nós tivemos uma série de ações que são importantes a gente destacar. Então está aqui o *link* das nossas publicações, assim como o mapeamento do nosso Vigidesastre, que também está disponível. Nós acompanhamos as áreas de risco, então aqui a gente consegue identificar claramente como é que está fazendo o processo, e todo o nosso planejamento se deu baseado nesse processo. Então aqui a gente pode ver a localização das unidades de saúde, das áreas de risco – aqui, estão as áreas de risco, então, se eu quiser identificar somente as áreas de risco, eu consigo –, das ILPIs. Então foi por aí que nós monitoramos naquele período de falta de água, como é que a gente fez as ações, como é que a gente fez o direcionamento. Então aqui tem a inundação por período; por exemplo, com 5,5 metros, como é que a gente fez. Então só para mostrar aqui para cada um de vocês isso.

As informações para os profissionais de saúde, então nós emitimos informações referentes à calamidade pública em parceria, está dentro da nossa biblioteca virtual de Atenção Primária em Saúde, então só para lembrar a todos. Se a gente clicar aqui, tem informações aos profissionais da assistência com relação à calamidade, medicamentos, nossa lista de medicamentos, questões de saúde mental, pacientes que precisavam fazer hemodiálise, radioterapia e quimioterapia, então como fazer. Criamos formulários para a gente poder ter de uma forma rápida, e não tivemos conhecimento de nenhuma pessoa que deixou ou que teve prejuízo em função disso. Então a gente se organizou, e aqui eu queria agradecer a cada um dos salvadores, porque, por trás de todo processo, junto com o salvamento, nós tínhamos um processo de organização que envolvia várias ações, desde ações com relação aos medicamentos – porque nós tivemos o nosso centro de distribuição de medicamentos atingido –, até cuidados com relação à colostomia, hemodiálise, infecções, doenças sexualmente transmissíveis, questões de leptospirose, enfim. Então como fazer para

conseguir os medicamentos, onde buscar, todas essas orientações e funções foram colocadas. A gente divulgou nas redes sociais sempre, a gente multiplicou isso para as nossas unidades de saúde, para os nossos profissionais, e aqui, obviamente, para os abrigos, também criamos um documento orientador da Secretaria Municipal da Saúde que fala sobre os cuidados com relação aos abrigos, que também são de fundamental importância. Esse material está disponível no site da Prefeitura e foi o balizador para muitas ações e melhorias de processos, e é óbvio que, na medida em que evoluíamos, nós íamos melhorando os processos. As nossas unidades móveis, os nossos postos avançados, os atendimentos médicos, de enfermagem, o papel servidor, do prestador de serviço, dos voluntários; fomos em todos os abrigos, explicamos sobre os fluxos para os voluntários também – acho que é importante destacar isso – para que seguissemos mais ou menos a mesma linha; mas não é uma tarefa fácil também, não é uma tarefa fácil. Nós estivemos todos presentes dentro desse processo.

Utilizamos também uma ferramenta disponibilizada pela Organização Pan-Americana da Saúde para vigilância sindrômica em abrigos, para a gente fazer o monitoramento dos nossos abrigos. Então, de novo, é só clicar aqui. A gente pode ver por município, a gente seleciona; vou desmarcar aqui, vou pegar só os dados de Porto Alegre, assim a gente consegue ver a questão do tratamento de água, a gente consegue ver a frequência de eletricidade, a frequência de água, o armazenamento, as características dos abrigos, os animais, características de abrigos e alimentos, número de atendimentos segundo o sintoma registrado. Então a gente fez aqui várias ações de monitoramento que também estão disponíveis; obviamente, esta apresentação já está disponibilizada para a Câmara de Vereadores, a todos os vereadores e a todos os presentes – então podem olhar em detalhe como é que está a evolução. Dizer que, neste momento, nós estamos com menos de 40 abrigos, com cerca de 1,9 mil pessoas ainda abrigadas e continuamos monitorando as ações com os profissionais de saúde. Nos abrigos grandes, nós colocamos equipes fixas; nos abrigos menores, nós

sempre tivemos uma unidade de saúde de referência para poder fazer atendimento e também contamos com o apoio de muitos voluntários.

Aqui, o cenário epidemiológico; obviamente, dentro das doenças que nos acometeram; nós tivemos situações de leptospirose, de monitoramento, hepatites; fizemos vacinas; teve a questão de ação voltada para doenças sexualmente transmissíveis; situações de violência; tentativas de suicídio, que foram todas possíveis de a gente intervir diretamente sem prejuízos maiores. Nas questões de saúde mental, nós contamos com a ajuda dos nossos CAPS, com as nossas equipes de EESCA, equipes de saúde mental adulto e infantil – ESMA e EESCA; nós também tivemos apoio de muitos voluntários. Queria agradecer a cada um dos conselhos, todos os conselhos de classe foram importantes, sem exceção, todos nos ajudaram. Fizemos reuniões individualizadas com cada um, e é óbvio que isso foi de fundamental importância. Tentamos nos conectar com todos, com o objetivo de a gente poder estar aproveitando o apoio desse processo. Naturalmente, esse processo de voluntariado vai em um decrescente, e o papel do Poder Público vai assumindo esses papéis, tentando sempre respeitar essas disponibilidades e tentando orientar. Pedir desculpa para vocês se tivemos algum problema, realmente é uma situação que ninguém, por mais capacitados e treinados que nós estivéssemos... Cada dia foi uma aventura diferente, uma ação diferente. É óbvio que a gente viu o melhor e o pior das pessoas dentro desse processo.

Nesse processo de doações, a gente recebeu muita coisa desnecessária, medicamentos vencidos, medicamentos que não são utilizados na nossa lista municipal, continuamos recebendo... Dizer que, se chegou a informação para vocês que nós estávamos recusando doações, é porque algumas doações eram necessárias recusar. Então, a gente fez análise e viu que nessa logística reversa, perversa de setores da economia do Brasil, eles também aproveitaram o momento para fazer descarte de coisas desnecessárias. Isso aconteceu e continua acontecendo, e nós vamos continuar sendo críticos dentro desse processo.

Bom, entrando ainda nas ações do quadrimestre: dengue, fatores determinantes, nós continuamos atuando dentro dos fatores determinantes, a variabilidade climática tem um papel fundamental. Fiz, oficialmente, uma solicitação, durante a visita da ministra da saúde para que os municípios atingidos pelas enchentes tivessem revisto o público alvo para vacina da dengue, numa reunião que a gente teve aqui. Infelizmente não fomos atendidos dentro desse processo, ainda, pelo menos. Pedimos para ampliar a faixa etária, dizendo que a vacina da dengue chegou aqui em Porto Alegre; estamos vacinando, e ainda ao público alvo de 10 a 14 anos de idade a procura é baixa, tanto é que agora o Ministério da Saúde resolveu ampliar o público alvo para aqueles estados onde as vacinas estão para vencer, porque a procura está baixa. Não é o caso do Estado do Rio Grande do Sul, que eu queria reforçar que esta atitude do Ministério da Saúde de ampliar a faixa etária dos seis aos 16 anos de idade não se aplica ao Estado do Rio Grande do Sul porque as vacinas não estão para vencer. Gostaria muito que pudessem nos ajudar a entender que essa situação de acúmulo de água, chuva, que nós ainda estamos passando, pudesse ser revista, e aí fica a sugestão aos nossos vereadores, de nos ajudar a convencer o poder público federal a rever essa posição. Mas continuamos atuando nos fatores demográficos sociais e econômicos, a questão da mobilidade das pessoas, os fatores biológicos, nós começamos também usar outros tipos de inseticidas para o controle do vetor, aplicando diretamente nas casas, sem risco e danos para as pessoas, temos feito as ações, continuando a orientação com relação a isso. É óbvio que diminui a circulação de mosquito nesse período, por causa do inverno, mas o nosso inverno também tem sido atípico nos últimos anos, onde a questão de variabilidade climática coloca a gente num domingo a 30 graus e no outro dia a menos de 10 graus. Então isso tem ajudado também a criar residência do *aedes*, e a gente tem tido casos quase todos acima dos prognósticos. Continuando sobre a dengue, é importante dizer que nós continuamos no nível três de alerta, de acordo com nosso plano de contingência que está disponível na página da Prefeitura. Nós controlamos o nosso índice de infestação de fêmeas adultas, ele continua em risco alerta e crítico. Então aqui eu queria destacar para vocês, por

exemplo, que nós temos o nosso BI com relação ao controle da dengue. É só clicar aqui na apresentação e vocês vão olhar, assim que entrar aqui eu já mostro para vocês, sobre isso, os nossos mapas de georreferenciamento todos disponíveis e o nosso plano de contingência que o pessoal continua se reunindo sistematicamente para poder fazer o monitoramento disso com relação aos casos. Eu queria reforçar aí então que nós tivemos 33.566 casos notificados, 7.933 casos confirmados, sendo desses 7.452 autóctones e oito óbitos, conforme o nosso boletim epidemiológico que também está disponível na página da Secretaria Municipal de Saúde. Então está aqui o boletim da diretoria da Vigilância e Saúde, trabalha conjuntamente com todos os outros setores da Secretaria Municipal de Saúde; aqui mostra todo o monitoramento e evolução, e aqui, na última semana epidemiológica nós tivemos obviamente uma diminuição do número de áreas, o número de casos de dengue, mas vocês podem ver que continua sendo em todo o território do município de Porto Alegre. Está bem?

Voltando aqui à apresentação, vistorias nas armadilhas, lembrar que nós temos o nosso *síte* que monitora todo esse processo. E, obviamente que um dos grandes desafios nosso é a questão da leptospirose. Temos feito um trabalho intenso sobre a questão da leptospirose, casos notificados por data e início de sintomas, a gente tem aí pós a enchente, nós tivemos 1.409 casos em investigação; 251 casos descartados; 62 casos confirmados e quatro óbitos, dois desses em investigações - confirmados são dois e têm dois em investigações, que é importante a gente frisar isso; lembrando que nós lançamos um guia sobre a suspeita de leptospirose. Então fique atento: febre, mialgia especialmente na região lombar, dor nas panturrilhas, exposição à água, lama, inundação nos 30 dias anteriores dos sintomas, suspeita, a gente já orientou os nossos profissionais para uso, com o começo desses sintomas, o uso de antibiótico precocemente, não esperar os resultados laboratoriais, não é a nossa orientação de ficar esperando, o uso deve ser feito. Então por isso a gente entende que temos números e casos baixos, além de uso de antibiótico, profilaxia sob prescrição médica e sempre notificar os casos; também ampliamos a possibilidade de testes, mas é importante que o teste se confirma a partir do

teste laboratorial; continuamos fazendo um trabalho intenso. Nós temos também para destacar nesse período o plano de prevenção a agravos em saúde mental, os primeiros cuidados psicológicos; seguimos as orientações nacionais e internacionais ao enfrentamento do desastre. Então aqui eu queria destacar dois materiais que foram balizadores nossos e foram muito discutidos com a equipe da força nacional, que tem nos ajudado bastante com equipes técnicas que vieram do Brasil inteiro, especialistas em várias áreas de leptospirose, nas áreas de saúde mental, o protocolo para organização do cuidado local em saúde mental durante emergências e desastres, que é esse material aqui. Então é só acessar os protocolos, então tem disponível também esse protocolo aqui, que vai abrir aqui para vocês, o protocolo para organização dos cuidados, isso é o que tem sido o nosso balizador aqui, ele é um documento extenso, mas bastante elucidativo, e foi aí que nós balizamos isso, e também os primeiros cuidados psicológicos em situações de desastres também dos Médicos Sem Fronteiras, que também é um material que ilustra bastante sobre esse processo. A gente focou no cuidado territorial, nós deslocamos nossas equipes de saúde mental, contamos com voluntários, mas estamos contratando equipes, estamos ampliando nossas equipes multiprofissionais, mas isso vai estar numa próxima reunião da COSMAM, que a Ver.^a Cláudia que eu vi que entrou aqui, vai apresentar. Então nós vamos estar na semana que vem falando sobre cuidados de saúde geral, cuidados de saúde pós-enchente, e a gente vai poder detalhar isso na próxima semana. O planejamento de... (Falha na gravação.) ...inverno, então nesse quadrimestre também a gente organizou toda nossa Operação inverno. Então só queria adiantar aqui para vocês que nós fizemos antecipação da campanha da vacinação para março, a vacinação em escolas, vacinação em abrigos, nos resgates, vacinação no domicílio para acompanhamento dos idosos, vacinação nas ILPIs, inclusão da vacina junto ao programa Melhor em Casa, aquelas equipes que trabalham para reduzir a chance de pessoas mais vulneráveis, com maior incidência de procura aos hospitais e que estão internados e precisam de um acompanhamento, as equipes Melhor em Casa também fizeram a vacinação, garantia de vacinação nas comunidades

indígenas, pessoas em situação de rua, privadas de liberdade, então a gente foi em todos os abrigos fazer todo o processo. Lembrando que a gente também já desde o ano passado a gente vem usando uma estratégia que tem dado muito certo e que hoje inclusive é referência para outros municípios, que é a abertura de unidades de saúde nos sábados, domingos e feriados das 10 às 19 horas. Eu queria reforçar que todos os sábados, domingos e feriados nós estamos com as unidades: São Carlos, aqui da Zona Leste, a José Mauro Ceratti Lopes, que fica lá na região sul, lá na Restinga, a Clínica em Saúde da Família Moab Caldas, que fica ali na região da Cruzeiro, a Clínica de Saúde da Família Modelo, que fica na região central, a Unidade de Saúde Beco do Adelar, que fica ali na região sul, a Unidade de Saúde da Tristeza, também na região sul, a Unidade de Saúde Assis Brasil, que fica ali na região norte, e a Unidade Saúde Conceição, que somente nos sábados, essa é diferente das outras, mas queria aqui agradecer, obrigado também ao... (ininteligível.), nosso diretor técnico do Grupo Hospitalar Conceição, pela sensibilidade que está contribuindo dentro desse processo, porque o Grupo Hospitalar Conceição tem ajudado também nos hospitais de campanha, entendeu, então eles direcionaram bastante da força de trabalho para esse processo. Então queria que vocês entendessem também esse processo aí que o Grupo Hospitalar Conceição faz parte da Força Nacional e tem ajudado nesses desafios aí, e isso feito tem feito a diferença. Além disso, nós também estamos com as nossas unidades móveis na praça SESI, também a gente está colocando carretas, barracas, em todas as unidades atingidas, ou, se não der para botar dentro do parque da unidade de saúde, nós vamos colocar junto a um espaço onde possa acomodar a acarreta, elas pesam toneladas e, às vezes, não dá para botar no pátio por causa de instabilidade de solo ali, de insegurança com relação a deixar no nível. Então fica às vezes na rua, fica às vezes na praça, mas com objetivo de a gente poder atender essas pessoas. Recebemos muita ajuda. Essa é uma carreta de um grupo religioso lá da região do Amazonas, que vieram com duas carretas, a gente também recebeu serviço de São Paulo, a gente está recebendo mais duas carretas lá de Minas, a gente recebeu de Pernambuco, todas ações coordenadas por nossas equipes. Onde

a gente imaginava que tinha carreta, a gente fez contato, e hoje estamos colocando aí. Lembrando que nessa Operação Inverno também a gente tem aí 135 leitos novos que são abertos, então são 10 leitos de UTI pediátrica, 76 leitos de enfermaria adulto, 10 leitos de enfermaria pediátrica e mais 39 leitos de suporte ventilatório. Então nós temos ali tudo, foi aprovado em torno de 10 a 15 dias pelo Ministério da Saúde, boa parte desses leitos estão em processo já de execução, alguns, além dos leitos, os 120 leitos do Grupo Hospitalar Conceição, que o Dr. Nereu sabe e pode esclarecer aqui se tiver alguma dúvida, esses leitos estão sendo abertos em vários hospitais para tentar desafogar, lembrando que Porto Alegre continua sendo o porto seguro de muitas pessoas, e tem muita gente de fora para ser atendido aqui, ainda mais com a perda de 15 unidades de saúde, 14 unidade de saúde, e muitos profissionais, muitas pessoas de outros municípios, como Eldorado Sul, Canoas também foi bastante atingida como vocês sabem, e outras regiões que vêm aqui, além de outros locais que foram devastados. As doenças de inverno então, as internações por síndrome respiratória aguda grave, não vou aqui detalhar, mas para ficar à disposição de vocês, então aqui é uma comparação do ano anterior e o ano atual sobre as internações por condições respiratórias, houve uma diminuição, obviamente, porque as pessoas acabaram não se aglomerando tanto. Então aqui nós temos o nosso BI sobre as doenças respiratórias, também fica à disposição aqui para quem quiser monitorar e acompanhar esse nosso BI, e a gente tem o detalhamento sobre isso, é a partir daí, desses dados que a gente planeja as nossas ações. Com relação à rede de saúde aqui do Município, eu queria lembrar vocês que nós temos o nosso Geosaúde que fala sobre os locais de atendimento sempre em tempo integral; são 134 unidades de saúde, 115 contratualizadas, 5 próprias, 13 conveniadas que aqui nós temos as do Grupo Hospitalar Conceição; nós temos da Pontifícia Universidade Católica, parceria lá na Zona Leste e também a unidade do Clínicas; nós temos uma unidade móvel, 14 equipes eMulti. Vou dizer que nós começamos o ano com zero equipes eMulti, neste momento, estamos com 14 e pedimos o credenciamento de mais dez. Tenho certeza de que o governo federal vai fazer essa análise, vai ser sensível

a essa causa. Já tivemos uma resposta positiva de boa intenção por parte do Ministério da Saúde de habilitar mais dez equipes multiprofissionais, mas isso eu vou deixar para detalhar na semana que vem essas equipes multiprofissionais, equipes de saúde específicas: cinco equipes de consultório na rua, dois Ambulatórios Trans. Tivemos um problema no início de possibilidade de acessar o Santa Marta, sem acesso aos medicamentos e aos hormônios, mas foi restabelecido. No primeiro momento precisamos entrar lá no Santa Marta, e toda a população trans ficou abastecida com relação aos medicamentos e aos hormônios que eles utilizam. Nove equipes de saúde prisional, dez quilombos atendidos por nove unidades de saúde, mais seis unidades de saúde socioeducativas. Só para mostrar e lembrar isso. Lembrando que todas as nossas ações são monitoradas através de monitoramento, um deles é o Prometa. Então aqui, só para destacar alguns, a cobertura da população estimada pelas equipes de saúde da família, nós tivemos obviamente o crescimento, hoje 82% da população de Porto Alegre, em torno de 80% dependente de SUS para assistência exclusivamente. Então nós estamos aí com uma cobertura boa, estamos entre as capitais com maior cobertura de Atenção Primária à Saúde. A nossa meta era 75% na Programação Anual de Saúde, nós atingimos 82%, são 1.093.518 pessoas cadastradas nos nossos prontuários, sendo acompanhadas, 389 equipes – sendo que 326 equipes são da família e 63 equipes de Atenção Primária à Saúde. Nós também temos os nossos serviços de saúde bucal estruturados, com acesso à prótese dentária que são quatro. A meta é quatro, nós estamos com três, esses são os dados do primeiro quadrimestre; atenção à pessoa com transtorno de espectro autista lembrar o nosso Certa – Centro de Referência do Transtorno Autista – nós tínhamos como meta, o Certa ultrapassou o número de 250 usuários previstos no Termo de Colaboração, estamos com 278 usuários. A equipe técnica avaliou que 16 crianças precisam de atendimento, então a gente ainda vai ampliar um pouquinho mais esse processo. A assistência farmacêutica, ampliar o horário de funcionamento de farmácias. Agora, na operação inverno, a gente ampliou para poder dar acesso. Também lançamos a nossa primeira unidade móvel

farmacêutica, que está ali na região das ilhas. Nós temos, através da doação de um ônibus da Defensoria Pública, nós agora temos a nossa primeira unidade móvel farmacêutica aqui em Porto Alegre que está sendo utilizada ali nas ilhas e que vai ser itinerante no Estado do Rio Grande do Sul inteiro. Também nós temos os indicadores de coeficiente de mortalidade infantil, a taxa de cura de novos casos de tuberculose, então aqui tem todo monitoramento desse processo, sabendo que isso é, sim, um problema de saúde pública aqui no Estado do Rio do Sul, especialmente na região metropolitana. A cobertura vacinal de covid, a gente tem aí, com relação à segunda dose, 96,8% realizaram a vacinação. A meta de 2024 era 70%, nós estamos com 96,8%, mas a gente vê que o interesse pela vacina, pelos reforços vêm diminuindo sensivelmente com o passar dos meses. Lembrando que está disponível, vacina não falta, neste momento, tivemos uma desassistência importante, passamos dois meses praticamente sem vacina da covid e, neste momento, a gente tem a vacina, está disponível para a população, então, sugiro que aqueles públicos que precisam tomar a dose de reforço procurem todas as unidades de saúde, inclusive os nossos postos avançados que também estão com vacina. Com relação a investimentos, lembrar que nós ainda estamos trabalhando no Programa Agiliza Saúde, que é um problema geral que algumas pessoas tentam insistir que o problema de fila é um problema localizado, e não é, tanto é que a gente destaca aqui o lançamento do programa mais especialista propagado pelo governo federal. O governo estadual tem um programa de redução de filas, o governo federal, além do mais especialista, também tem o programa de redução de filas. Nós também fizemos o nosso programa por quê? Nós ampliamos muito a nossa rede de Atenção Primária à Saúde no Brasil inteiro. Isso foi uma política acertada, e o programa de atendimento ter atenção especializada não seguiu o mesmo acompanhamento. Nós temos um sistema de monitoramento, de regulação que funciona com excelência, mas o crescimento da atenção especializada não seguiu o mesmo acompanhamento e agora tem um novo sistema de financiamento que se agrega aí através de pagamento por tratamento completado, que foi lançado pelo governo federal e que é o objeto da nossa

reunião posterior a essa reunião aqui. E nós estamos prontos para iniciar esse programa o mais rapidamente possível, mas precisa ser feita uma pactuação regionalizada. Eu espero que a gente... A gente está pronto, inclusive, para começar na semana que vem se for o caso, mas tem toda uma pactuação regionalizada aí que a gente quer avançar, e, obviamente, que a minha intenção é tencionar para que quem tiver mais pronto comece o quanto antes, para que a gente não perca tempo, afinal de contas a gente precisa desse acompanhamento. Aqui algumas ações, então, de valores empenhados, de valor pago com relação a esse programa, lembrando que o município de Porto Alegre, nesse processo, comprou 12 ambulâncias novas que já estão à disposição. Agora o Ministério da Saúde que desde 2017 não repunha nenhuma ambulância atendeu o nosso pedido e foram disponibilizadas cinco ambulâncias. Então neste momento nós estamos com praticamente toda a nossa frota nova de ambulâncias, nós estamos com 17 ambulâncias novas à disposição da população de Porto Alegre. E ainda tem uma reposição importante porque nós também temos outros pedidos junto ao Ministério da Saúde. E lembrar que as ambulâncias que nós compramos são um pouco mais completas, elas vêm com cardioversores, com aparelhos de ultrassom, com outros equipamentos que ajudam e dão melhores condições para os nossos samuseiros a salvar vidas. Com relação a obras, as nossas metas são executar 25% da pactuação, nós estamos com 22,3%, foram entregues 29 obras à população desde 2022, das 130 previstas. Então aqui, por exemplo, a emergência odontológica do pronto atendimento Cruzeiro do Sul, que foi entregue nesse quadrimestre, foi toda reformada através de emenda, foi possível a revitalização desse espaço, compra de compressores, instalação de novas mangueiras. Queria agradecer aos vereadores que ajudaram dentro desse processo e também o recurso próprio municipal que também ajudou nisso aí. Aqui o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, a nossa brinquedoteca, que foi reorganizada e foi reformada, a internação para mulheres no sétimo andar, o alojamento conjunto do oitavo andar também é outra obra, assim como no refeitório, a obra está em 92%. Então aqui estou trazendo a foto de como é que está esse refeitório, que era uma luta

nossa para poder dar uma qualidade ao atendimento e ao cuidado dos nossos trabalhadores, das pessoas. A impermeabilização da cobertura do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas continua a obra. Não sei em quantos por cento está hoje em impermeabilização.

SR. CINCATO NETO: Já está em praticamente 96%.

SR. FERNANDO RITTER: Noventa e seis por cento. Era um grande problema a infiltração de água, é um trabalho longo, é um trabalho que perpassou décadas e agora nós estamos efetivando esse processo. Então vai realmente resolver o problema das infiltrações dentro do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, vai pegar algumas obras de execução, de acessibilidade. Com relação ao financiamento, vocês lembram que a meta da programação nacional de saúde de 2024 é aplicar no mínimo 20% das ações de serviços públicos de saúde, arrecadação de impostos. Então é importante que... É óbvio que o segundo e o terceiro quadrimestre são os quadrimestres em que a gente mais tem investimento, e aqui a gente pode ver a receita líquida, os valores aplicados e empenhados, são 17% até o momento, mas é óbvio que nós vamos investir mais ainda. O valor liquidado do Fundo Municipal de Saúde, então aqui por fonte municipal 47%, estadual 7%, e federal 46%. Vocês veem que naquela divisão original do Sistema Único de Saúde que deveria ser tripartite, ela não é mais tripartite, é praticamente bipartite. Vocês podem ver aqui que a participação hoje do Município ultrapassa outros valores. Aqui está em números absolutos, na Atenção Primária em saúde, primeiro quadrimestre de 2023 em comparação ao primeiro quadrimestre de 2024, só para destacar então, o ano passado investimos R\$ 64 milhões; nesse quadrimestre de 2024 foram R\$ 84 milhões só na Atenção Primária em saúde, na assistência hospitalar foram R\$ 298 milhões em 2023; R\$ 361 milhões em 2024 e na questão também de suporte profilático e cuidados nós também fizemos investimento. Então houve um crescimento principalmente nas dispensas correntes das áreas assistenciais. O nosso foco foi ampliar assistência, mas obviamente que a carga e a necessidade das

peças são crescentes. Então aqui alguns números de emendas parlamentares também, emendas parlamentares federais, estaduais e municipais, o ingresso no quadrimestre, não é o semestre que mais ingressa. Então aqui as emendas parlamentares de 2024, os valores somados, aqui por vereador, já no primeiro quadrimestre, no segundo quadrimestre a gente já teve outras execuções e no terceiro quadrimestre vai ter mais execuções, é um processo que se destaca mais para o segundo semestre. Então tem aqui alguns que foram executados já no primeiro quadrimestre. Além desses da Prometa, a gente tem o Previne Brasil, então é importante destacar que dos primeiros três quadrimestres do ano, o índice foi superior a sete, que é o índice que o Ministério da Saúde monitora. Então nós temos aí uma evolução, o resultado. Agora em 2024 a gente não tem, porque o financiamento da Atenção Primária será repetido, conforme o quadrimestre anterior, porque houve uma mudança por parte do Ministério da Saúde com relação a isso e ainda não tem os indicadores, então ainda não temos resultados. Recursos humanos aqui, só para destacar, trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde, por esfera, 4.048 do Município; estadual, 133; federal, 50 e contratualizados 2.136 pessoas. Então esse é o quantitativo do número de trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde do primeiro quadrimestre. A imensa maioria é de profissionais servidores, aqui destacando, apesar de algumas pessoas ainda fazerem um barulho, o que importa são os resultados desse processo. Aqui na Prefeitura de Porto Alegre, na Secretaria de Saúde, nós trabalhamos, independente do vínculo, todos são prestadores, todos são SUS nesse momento, e isso se mostrou muito eficaz e muito eficiente agora, nesse momento mais difícil que a gente passou. Então aqui algumas nomeações que foram feitas no primeiro quadrimestre, entre assistentes administrativos, enfermeiros, psicólogos, médicos, enfim. O número de servidores por tipo de afastamento por quadrimestre, então aqui a gente também tem isso aí. Com relação à produção às metas da programação anual de saúde, nós tivemos um acréscimo de número de produção médica e de enfermagem, todos os profissionais, com exceção de cirurgião dentista, de 30%, nós pulamos de 798 mil consultas para 1.042, e dos dentistas foi maior ainda, mostrando que do jeito

que está organizado o processo, diferentemente do que alguns criam *fake news*, inventam história, do jeito que está organizado nós ampliamos a oferta de serviço com os mesmos profissionais. Só nas equipes de saúde bucal, 48%. O crescimento de 2021 para 2024 foi de 96 mil atendimentos para 142 mil atendimentos, assim como também consultas médicas e de enfermagem. A produção dos prontos atendimentos foi num total de 121 mil atendimentos no primeiro quadrimestre. Quero lembrar que, infelizmente, ainda continuamos com maior procura nos prontos atendimentos de verdes, aqueles pacientes que poderiam ser atendidos, inclusive, na Atenção Primária em Saúde. A gente poderia dar conta e desafogar as portas de emergência, mas é óbvio que as pessoas acabam procurando esse processo. Nós estamos em reforma tanto na da Lomba do Pinheiro quanto na da Bom Jesus. A da Lomba do Pinheiro, nós já estamos usando as partes novas. Aqui algumas questões ainda sobre saúde mental, aqui, então, os atendimentos tanto do PACS quanto do IAPI. Total de atendimentos: foram 3.530, no primeiro quadrimestre, no PACS, e 3.504 no IAPI, com um tempo médio de permanência ainda alto no PACS e no IAPI, 1,8. Aqui alguns dados que depois vocês podem olhar com mais detalhes das nossas equipes de saúde mental da criança e adolescente, das nossas equipes adultos, CAPS, são 70 mil consultas individualizadas, 2.395 atendimentos de grupo, 5.572 ações de matriciamento e articulação. Nós também queremos destacar aqui com relação às consultas especializadas, o quantitativo de consultas ofertadas: realmente, foram mais de 73 mil nos hospitais, 16 mil nos ambulatórios próprios. É importante destacar que hoje todas as consultas agendadas são informadas via WhatsApp, essa é uma novidade que a gente lançou. Então, recebe cinco dias antes, dois dias antes, e a pessoa tem que confirmar. Caso a pessoa não confirme, é passada para outra pessoa, e a pessoa não perde o seu lugar na fila, é importante destacar isso. Também ela pode monitorar isso pelo 156, as unidades de saúde recebem essa informação. Não é comunicado só pelo WhatsApp, como algumas pessoas mentiram publicamente que as pessoas não estão sendo avisadas. Elas são avisadas através de WhatsApp, elas são avisadas, as unidades de saúde recebem o aviso dessa consulta e elas podem

sim ajudar nesse processo de aviso. As pessoas podem monitorar pelo *site*, podem ir diretamente à unidade de saúde e ver esse monitoramento.

A questão do SAMU. A gente percebeu, nesse quadrimestre, uma diminuição nos trotes, uma redução no número de trotes comparado a 2023. A gente obviamente teve aí um quantitativo de grande... metade são casos clínicos, traumáticos, a gente tem feito todo esse monitoramento. As internações hospitalares. Aqui eu queria destacar que, no Município de Porto Alegre, todos os atendimentos hospitalares, 57% deles são de munícipes de Porto Alegre, pessoas moradoras de Porto Alegre. O custo médio da internação desse munícipe é R\$ 1.999, enquanto o de pessoas de outros municípios é de R\$ 3.496, ou seja, os pacientes mais graves obviamente continuam vindo aqui e acabam consumindo 55% do nosso recurso na atenção hospitalar. Aqui também, o Hospital Materno Infantil, destacando as internações, o número de internações, foram 12.533; total de primeiras consultas ofertadas, 3.319, enfim, número de cirurgias, total de acolhimentos do CRAI, foram 569. No Pronto Socorro, 74% de taxa de ocupação operacional, 100% de ocupação dos leitos de UTI. O custo médio paciente/dia, aqui é importante destacar, é um hospital extremamente especializado, e eu queria sensibilizar o governo do Estado, mais uma vez lembrar que, a partir de outubro, o governo do Estado vai retirar R\$ 1 milhão por mês do HPS, e obviamente isso vai impactar diretamente na assistência. Se não houver esta reposição, nós vamos ter que reduzir serviços ofertados para o interior do Estado. Isso é importante a gente destacar, porque o custo médio dos pacientes, eles vêm muito graves, pacientes queimados, que passam 60 dias, só os leitos de UTI de queimados ultrapassam de R\$ 8 mil a diária. O nosso programa Melhor em Casa, com as nossas equipes multiprofissionais, foram aprovadas pelo ministério três novas equipes que estão em processo de contratualização. E mais alguns indicadores de saúde aqui: sífilis congênita em gestantes, a gente vem num processo de diminuição; HIV, transmissão vertical, a meta era reduzir a transmissão vertical, nós estamos com resultado de zero, menor que 2%. Testes rápidos, nós tivemos um crescimento importante dos testes rápidos pelas equipes, foram mais de 78 mil testes realizados nas unidade

de saúde. Só em HIV, 1,3% deu positivo; sífilis, 7,16; hepatite, 0,28; e hepatite C quase 1% de positivo. Se a gente olhar a detecção de câncer de colo do útero, 61 é o resultado. A nossa meta era, no mínimo, a uma razão de 0,50, atingimos 0,61; e da mamografia 0,39, tínhamos a meta 0,45, mas nós estaremos, obviamente, o último quadrimestre tem muitas ações voltadas para isso. A vacinação, nós observamos um crescimento do percentual de pessoas vacinadas. Ainda não estamos nos 95% da nossa meta, mas tivemos um crescimento pelas ações de território que a gente vem fazendo, assim como também da Influenza. Infelizmente, Influenza as pessoas ainda não estão aderindo à vacinação. Os idosos, 45%; as crianças, apenas 24,76% das crianças; as gestantes, 14,9 %; as puérperas, 9,19; os indígenas, 65%, ou seja, 40,45% até o momento, é o primeiro quadrimestre.

Eventos. Quero destacar aqui os 80 anos do HPS: "O HPS cuida da gente, e a gente cuida do HPS". Nós estamos com a intenção de construir um prédio anexo ao HPS, para dobrar a capacidade. Também nós tivemos o contrato assinado com o governo de Goiás, formalizando a aquisição do sistema de regulação de saúde de Porto Alegre, então são aproximadamente R\$ 600 a R\$ 700 mil que vão entrar nos cofres do Município, ou seja, todo o investimento que a gente fez com equipes próprias da Secretaria Municipal da Saúde e da Procempa, que eu queria agradecer muito, já se pagou, porque nós vendemos esse projeto para o governo do Estado e agora vendemos para o governo de Goiás, que olhou todos os programas e elencou o nosso como um prioritário. O evento de busca ao escorpião amarelo, então, nós tivemos e continuaremos trabalhando dentro desse processo, e, não me estendendo mais, queria agradecer. Fico à disposição e desculpa correr um pouquinho, mas é longo, falar quatro meses em 40 minutos não é uma tarefa fácil. Então, Ver.^a Lourdes, ficamos à disposição, junto com a nossa equipe aqui, para esclarecer qualquer dúvida que tenham.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, secretário, já de início, eu queria lhe perguntar sobre a atuação também da saúde na Região Metropolitana. Pelo que eu entendi, devido a esta catástrofe, é assim mesmo

que o senhor falou sobre a participação nossa, do Município, também na Região Metropolitana?

SR. FERNANDO RITTER: A gente sempre tem a questão do seguinte, querendo ou não, eu vim do interior, minha cidade fica a 500 quilômetros de distância daqui, sempre que a gente não conseguia atendimento na nossa cidade, a gente tentava buscar onde a gente tem certeza de que tem os melhores profissionais. Então a gente veio para Porto Alegre. Aqui, na Região Metropolitana, todos fomos afetados pelas enchentes, alguns municípios inclusive mais do que nós. Se tu olhares pelo número inclusive de mortes, eu vi os dados de hoje, até me assustei, não sabia que tinha tido tantas mortes aqui na Região Metropolitana, e municípios aqui lindeiros nossos, eles, com uma situação bem mais crítica, tiveram o sistema de saúde muito mais afetado do que a gente. Nós, só nos nossos abrigos, tivemos aí mais de 4 mil pessoas de outros municípios.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Sim.

SR. FERNANDO RITTER: Isso é o que a gente teve conhecimento. Então as pessoas vieram e continuam vindo, ainda nós estamos sem o Hospital de Pronto Socorro de Canoas, que é um importante hospital, que também tem um foco parecido com o nosso Hospital de Pronto Socorro aqui, muito parecido com o atendimento de urgência e emergência, pronto-socorro, ortopedia e traumatologia, e que sobrecarrega os nossos hospitais, especialmente, o Hospital de Pronto Socorro e o Hospital Cristo Redentor. A gente tem feito um trabalho muito próximo, de diálogo, sempre, com o Grupo Hospitalar Conceição, e a gente tenta dividir essa tarefa. Então não tem sido fácil, vereadora, não tem sido fácil, mas temos tentado superar cada momento, entendendo que a dor não tem fronteira e a segurança sempre é pelos grandes centros.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito bem, então só para reforçar o que está no *chat*. São até cinco inscrições, citando nome, sobrenome

e instituição. Aos vereadores da COSMAM, já vou passar a palavra, também dizer que a nossa audiência pública vai das 10h ao meio-dia. O Ver. Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom dia, nobre presidenta Ver.^a Lourdes, da COSMAM; colegas vereadores; nossos convidados, de modo especial aqui o secretário e sua equipe; o Ministério Público; demais entidades aqui, vejo também o Cincinato aqui, que vai ganhar um novo hospital; saudações a todos os cidadãos e cidadãs que acompanham esta audiência pública. Eu vou dividir aqui em poucas perguntas, mas em dois aspectos. Primeiro relacionado com relação, infelizmente, a essa última catástrofe que eu acredito que poderiam ter sido evitadas muitas coisas. Infelizmente o poder público, Porto Alegre, não está preparado para enfrentar tamanha ousadia, vamos dizer assim, da natureza e também não fez o dever de casa. Acho que esse é um tema importante para nós pautarmos na COSMAM, eu estou preparando aí, Ver.^a Lourdes, a minha próxima agenda para nós debatermos esse assunto. Mas, de fato, é uma situação muito complexa à medida que na saúde também se fecham em torno aí de 15 postos, conforme o secretário falou, dois CAPS, se desloca uma infinidade de servidores para outras áreas, possivelmente para os abrigos, eu não ouvi aqui do secretário. E aí faço a primeira pergunta, onde estão esses servidores hoje trabalhando, quantos foram afastados em função da questão de saúde mental ou porque, de fato, foram tremendamente atingidos com as cheias, em função de terem tido atingidas as suas residências. Como está saindo esse processo de retorno? Qual é o plano da secretaria para colocar em funcionamento essas 15 unidades e dois CAPS? Eu não ouvi o secretário falar nesse aspecto sobre recursos que serão empenhados – municipais, estaduais e federais. Eu também sei que o secretário foi a Brasília, sei que está interagindo, sim, com o Ministério da Saúde, tenho visto o próprio prefeito falar nessa parceirização dos três poderes para poder amenizar e enfim ter os recursos o mais rápido possível. Mas não se sabe ainda quando se retorna, vamos dizer assim, nas unidades de saúde e, não tendo esse tempo ainda previsível, como

estão sendo atendidas essas pessoas, essas regiões em que os postos de saúde estão fechados? Eu sei que é complexo, mas é preciso, vamos dizer assim, informar a população, e nós, como vereadores, estamos sendo muito cobrados. Para isso tenho ido muitas vezes nessas regiões atendidas, e a grande parte da população está indignada pela ausência do poder público, seja no recolhimento do lixo, dos entulhos, seja na prestação de serviços. Creio que é preciso, vamos dizer assim, o governo ter uma atenção muito especial que vai demorar um bom tempo, com certeza. Por um outro lado, eu percebo também que os prontos atendimentos que nós temos na cidade – Bom Jesus, Lomba do Pinheiro e Cruzeiro – a Cruzeiro ali praticamente é de servidores públicos, mas a Lomba do Pinheiro e a Bom Jesus infelizmente foram terceirizadas pelo governo anterior; não houve, pelo contrário, este governo acabou renovando o contrato, mas não houve uma cobrança, creio eu, do compromisso, que estava com no contrato, com esta empresa paulista. Até porque eles não fizeram a obra, não transformaram em UPAs, e o atendimento não melhorou, ao menos é o que diz a população da região. Como está esse processo, vai ser renovado, vai ser cobrado? Qual é o plano do governo em relação aos prontos atendimentos da cidade?

Nós percebemos também que o governo fala que está resolvendo a questão da demanda. Na prestação passada, se eu não me engano, foi dito que tinham 2 mil consultas represadas em especialistas, foi resolvido isso? Como está sendo dado a contrarreferência para o cidadão, ela está em tempo hábil, está demorando um, dois anos? Quanto tempo está levando para o cidadão ter acesso a um especialista? Se está demorando especialista, possivelmente está demorando muito a cirurgia.

Essa questão política, de posição política do governo, de poder se manifestar contrariamente à vinda dos cidadãos do interior, eu diria que tem que ser reavaliada e renegociada com o governo do Estado. Gostaria, inclusive, Ver.^a Lourdes, fazer aqui uma proposição na Comissão de Saúde, para que a gente mande uma carta para o governo do Estado e uma para o governo federal; uma para o Estado em relação a esse aporte de recursos significativos, ou quando

vêm esses pacientes de grande complexidade. É difícil você ter todos os municípios, a não ser que sejam regionalizados, com capacidade de curar uma pessoa, por exemplo, que tenha um câncer. Eu não sei como o governo está tratando isso, porque a gente só ouve: “Ah, não deve vir à capital; não deve ir à capital”. Mas tem cidadãos que, infelizmente, se não vir à capital, onde tem a referência pelo Sistema Único de Saúde, ele não consegue aportar essa especialidade no interior, ele acaba gastando o que ele construiu ao longo da sua vida para poder ter acesso a um tratamento dessa natureza. Então tem que ter muito cuidado. Acho que nós temos que encaminhar esse documento para o governo do Estado, num aporte de recurso significativo para a capital, porque ela é, sim, uma referência de grande complexidade.

Por um outro lado, o secretário fala: “Ah, eu não consegui mais vacinas da dengue porque o governo sinaliza para aumentar a faixa etária até 16 anos e, ao mesmo tempo, os idosos não estão tendo possibilidade de vacina”. Vi também na própria imprensa que a procura está sendo muito pouca em relação à vacina da dengue. Acho que tem que encaminhar um documento, com a parcerização e o acordo com o secretário, de a gente mudar a faixa, ir para uma faixa acima dos 50, 60 anos, enfim, os idosos, e disponibilizar a vacina, porque não é só a dengue, da gripe, mas é preocupante essa questão, na medida que nós temos aí, conforme o secretário falou, 30 mil casos já confirmados, é alta a situação.

Por último, quero lembrar o seguinte: no final do ano passado, secretário Ritter, nós fizemos uma reunião com o secretário da administração, com o secretário adjunto na época, acho que o Cristian, uma coisa assim, e foi denunciado, eu diria, levantado pela Atenção Básica que servidores têm a função distorcida, por exemplo, alguns servidores em vez de ser agentes comunitários, um deles tinha até a carteira assinada como Presidente da República, lamentavelmente, teria que pedir equiparação ao salário do Presidente, não é? Mas o que mais preocupa é que esses servidores recolhem INSS e a gestão municipal não repassa ao INSS. Então, nesse momento inclusive, agora, da calamidade, muitos servidores se afastaram, não conseguiram receber o recurso pelo INSS, e o pior é que lá na frente vão ter problema na aposentadoria. Esse é um assunto

urgentíssimo, nós temos que resolver essa questão dos agentes comunitários de saúde e endemias. Então é nesse aspecto que eu fico bastante preocupado, na medida que o governo não soluciona um problema pessoal, daqueles que ficaram na Atenção Básica, outros que foram reintegrados, que não é essa questão dos que foram terceirizados. Nesse sentido, fico por aqui, desejando aí ao secretário um bom empenho e que a gente possa sair dessa, recuperar aí a situação difícil que vivemos na cidade, e com certeza a Câmara é sempre parceira. Fiquei muito preocupado quando o governo cancelou as emendas impositivas, que nós todos vereadores temos mais de R\$ 600 mil, R\$ 700 mil empenhados todo ano, e agora eu vi a lista que o secretário colocou aqui, alguns vereadores, como eu, não têm nada que ainda foi liberado, é lamentável. Eu acho que o secretário tem que interagir aí com prefeito para poder disponibilizar o mais rápido possível as emendas impositivas, para te ajudar aí em algo que foi já destinado como solução ou intermediação com as unidades de saúde. Fico por aqui, muito obrigado, um abraço.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Ver. Oliboni, sobre as emendas, ainda há uma discussão na secretaria do secretário Schirmer, não tenho até este momento alguma definição que chegou à Câmara suspendendo as emendas, está em estudo.

Quanto à vacinação da dengue, eu queria até que o secretário confirmasse, até a última informação que se tinha é que não tinha se feito uma pesquisa maior, uma análise maior para a vacinação justamente das pessoas de mais idade. Eu ainda falei que eu tenho a Frente Parlamentar contra o Etarismo, e eu me incluo no etarismo, então eu não posso me vacinar contra a dengue. Então são essas observações, e eu gostaria de saber se tem mais algum vereador que queira falar, para depois o secretário responder?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu gostaria de me manifestar, Ver.^a Lourdes.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Sim, pois não, Ver.^a Cláudia.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): É bem rápido. Na verdade, eu queria reforçar a fala do secretário com relação à questão da dengue, e não só na questão das vacinas, não é, secretário? Porque a gente está vivendo um momento difícil, onde a gente tem muito resíduo acumulado, muito lixo, que vai gerar muitos focos. E a gente sabe que o verão propaga ainda mais essa questão. Então, além das vacinas, algo mais que se esteja trabalhando como prevenção, além da limpeza da cidade? Porque eu vejo, com uma forma bem preocupada, que lá por setembro, outubro, quando começar o tempo a ficar mais quente, a gente tenha realmente um número bem acentuado de casos de dengue em função do resíduo acumulado também na cidade.

O Ver. Oliboni comentou com relação aos valores do governo federal, e a gente sabe que para Porto Alegre, hoje, nós recebemos em torno de R\$ 105 milhões, sendo que R\$ 48 milhões, R\$ 40 milhões e pouco para a saúde, que é irrisório perto daquela nossa necessidade, principalmente para os postos. O aporte do governo federal para que a gente possa alinhar a questão dos postos de saúde, para reativar os postos, para refazer alguns postos, para fazer melhorias em outros, R\$ 48 milhões não são suficientes. Então, assim, tem alguma previsão do governo federal com relação a aporte de recursos? Porque o que veio é insuficiente. É importante a gente deixar isso bem claro, porque parece que o governo municipal e o estadual não estão fazendo, que só o federal está fazendo; e é o contrário. Então, acho que é importante a gente se manifestar com relação a isso.

E com relação às emendas impositivas, eu acho que é importante a gente saber o que é que já foi entregue, porque passou muito rápido ali. Acho que é importante a gente saber o que é que já foi entregue, porque a parte da Saúde corresponde a 50% das emendas. E o prefeito não cancelou, ele suspendeu temporariamente as emendas para que pudesse ser analisado, mas nada foi cancelado. A ideia do prefeito – até por que ele tem um prazo até o final de dezembro para cumprir as emendas – é que se possa fazer isso, principalmente

nos 50% da Saúde, que é o obrigatório das emendas. Então, desses 50%, o que é que já foi entregue, o que é que falta? Tem um percentual, com relação a isso, das entregas, para a gente poder ter ideia do que é que já foi entregue para a Saúde? A princípio é isso.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. A Ver.^a Tanise está com a palavra.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Bom dia. Secretário Ritter, parabéns pela apresentação, parabéns pelo trabalho. Eu tenho, na verdade, só duas perguntas: a primeira é a nossa preocupação com a saúde mental, principalmente nesse momento de pós-enchente. A gente sabe que as pessoas que foram impactadas diretamente pelas enchentes, aquelas pessoas que perderam as suas casas, que a água invadiu as suas casas, perderam praticamente tudo, essas pessoas podem desenvolver, a longo prazo, dentro de um ano, o transtorno de estresse pós-traumático, entre outros transtornos, como ansiedade, enfim, outros transtornos, de 30 a 40% das pessoas podem desenvolver. A gente sabe também que as equipes de resgate, Defesa Civil, voluntários, Brigada Militar, enfim, a equipe de resgate, de 10 a 20% pode desenvolver também. E a população em geral de 5 a 10% pode desenvolver algum transtorno, a curto e médio prazo. Então a minha pergunta é no sentido de que nós estamos trabalhando juntos, aliás, num termo de adesão, um termo de cooperação ou um termo de voluntariado com clínicas e instituições de psicoterapia, para ofertar tratamento psicológico gratuito para as pessoas, por um ano. É isso que nós temos tratado. Eu queria ver como é que está isso, porque eu sei que já está bem adiantado, mas, enfim, tem algumas pendências com a área jurídica. Então, a minha pergunta é nesse sentido, qual é a previsão disso estar pronto. E a segunda pergunta também, na mesma linha, com os meus colegas vereadores, é sobre a questão das emendas parlamentares. Como é que está isso, as emendas do ano passado para este, de 2023 para 2024, quando que está previsto entrarem as nossas emendas. Por exemplo,

grande parte das minhas emendas é na área da Saúde, em especial na saúde mental. Então, eu gostaria de ver como é que está isso. Era isso, obrigada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ver.^a Lourdes, eu só queria agregar o seguinte, até o secretário deve estar sabendo, houve uma invasão, uma ocupação no terreno da Unidade de Saúde Santo Alfredo, que fica na região Leste. Um cidadão que mora ali do lado deve ter uma empresa seguradora de carros, e ele simplesmente foi lá, arrebentou o cadeado e ocupou o espaço. Eu conversei com César, secretário, ele encaminhou uma intimação para ele sair em 15 dias; passaram 30 dias e ele não saiu, está lá ainda, infelizmente. E ali vai ser construída uma unidade de saúde. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Mais algum vereador quer se pronunciar? Diante disso, vamos ver no *chat* há inscrições. A Sra. Márcia Bento, do Ministério Público, está com a palavra.

SRA. MÁRCIA BENTO: Bom dia a todos. Bom dia, secretário Ritter, parabéns pelo trabalho que vem sendo feito, eu venho acompanhando o esforço para atender a todas as inúmeras demandas que existem. Eu tenho duas questões: nós temos um expediente sobre as unidades de saúde que estão fechadas, que hoje são 14, né?! Inclusive eu conversei com o secretário Ritter, que me apresentou como é que está sendo feito o atendimento dessas populações atingidas, que tem carretas, tem várias unidades que foram instaladas em outros locais, tipo no CTG Vaqueanos, que eu até fui lá visitar. Também na Ilha da Pintada se montou uma estrutura, que eu nem sei se continua lá, porque, na verdade, depois teve alerta de novas inundações. Mas a minha dúvida é o seguinte, essas estruturas e essas unidades, elas são, como a gente sabe, algo transitório, e a dúvida é: e o depois? Como é que está estruturado? Vamos ter que reconstruir as 14? Eu sei que houve o InvestSUS, vocês se inscreveram para o InvestSUS? E também para aquele outro auxílio, por parte do governo do

Estado? Eu queria entender, na prática, como é que anda isso e qual é a perspectiva.

E a minha segunda questão diz respeito à questão da superlotação das portas de Urgência e Emergência. A gente tem acompanhado os serviços, com 300%, 400% de lotação. Inclusive eu fui na UPA semana passada, na Zona Norte, e vi o hospital de campanha que tem lá, mas ele só atende pacientes de classificação verde, e a superlotação dentro da UPA mesmo era de pacientes de classificação amarela, e um laranja, acho que tinha, mas o resto tudo era amarelo. E era uma superlotação com pacientes em todas as salas da UPA, uma coisa bem... E olhando a inscrição dos pacientes no Gerint para transferência, tinha pacientes há 14 dias na UPA. Então, é uma preocupação, eu sei que a gente teve... (Problemas na conexão.) ...operação inverno, que houve todas aquelas medidas que o senhor colocou na apresentação. Também vi sobre os 135 leitos, mas me parece que, ainda assim, isso não é capaz de, na atual conjuntura, atender essa demanda. A pergunta é: o que poderia ser feito sobre isso? Porque tem pacientes há muito tempo na UPA, tinha inclusive uma idosa que estava há 14 dias, e essas estruturas não têm capacidade para ficar com tantas pessoas por tanto tempo. Como o senhor sabe, não são estruturas para internação de pacientes. Então, pergunto se esses hospitais de campanha não poderiam ter leitos, uma estrutura extra para atender essa demanda dos pacientes menos graves. Não sei, a minha questão é realmente o que poderia ser pensado. É isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Mais alguma inscrição? Temos ainda quatro inscrições de até cinco minutos para questionar o secretário. Caso contrário, passaremos a palavra ao secretário para que ele possa responder os questionamentos. (Pausa.)

Então, passaremos ao secretário para responder os questionamentos dos vereadores e da nossa representante do Ministério Público, Dra. Márcia Bento.

SR. FERNANDO RITTER: Vou começar respondendo e, depois, se tiver mais

alguma coisa. Começando pelo Ver. Oliboni, vou tentar resumir, vereador, porque alguns pontos da pauta são para umas duas outras reuniões, e boa parte do que tu me questionaste já foi acordado com a Ver.^a Cláudia Araújo para a pauta da COSMAM na próxima terça-feira, na qual estarei presente, porque vai ser presencial, não é, Ver.^a Lourdes? A gente vai tratar sobre saúde pós-enchente. Mas eu vou resumir um pouco, e boa parte dessas perguntas que o senhor fez foram as mesmas perguntas que o Conselho Municipal de Saúde fez na reunião de quinta-feira passada. Eu respondi, inclusive tem uma apresentação com aqueles dados sobre onde estão nossos trabalhadores. Então, vou tentar resumir, mas eu prometo que na semana que vem eu vou detalhar com mais riqueza de elementos. Vou começar primeiro falando sobre o enfrentamento das enchentes. O senhor começou falando sobre o poder público e focou no poder público de Porto Alegre, que, na sua colocação, é o grande responsável pelas enchentes. Eu queria dizer que eu tenho uma leitura diferente; para mim, isso parece muito mais um discurso político do que uma questão técnica desse processo. Pelo que observei sobre o processo, nem o poder público municipal, nem o estadual, nem o federal, em nenhum dos últimos mandatos de nenhum deles, preocupou-se com isso, entendeu? Então, não tem o responsável. Se existe um responsável, são os três entes: federal, estadual e municipal, dos últimos 30 anos. Se a gente olhar, por exemplo... Inclusive os deputados que passaram os últimos 30 anos, a gente poderia ver quantos investiram em programas de enfrentamento às enchentes no Estado do Rio Grande do Sul. Não estou falando só de Porto Alegre; talvez a gente não consiga juntar meia dúzia de poucos dentro desse processo. Então, é o seguinte: ninguém está preparado para esse processo; ele foi o maior desastre climático da história do Brasil, e, se acontecesse em qualquer estado da federação, isso também aconteceria. Tanto é que temos Canoas extremamente afetada, São Leopoldo extremamente afetada, Novo Hamburgo, Eldorado, a cidade inteira dentro desse processo. Infelizmente, governo federal, governo estadual e governos municipais vão ter que mudar seus objetos futuros para podermos investir em ações de enfrentamento às cheias, como fizeram países europeus

que apanharam muito, sofreram muito, por isso agiram. Talvez esse desastre sirva para a gente discutir mais sobre a questão ambiental e falar um pouquinho sobre uma coisa que ninguém quer falar: a remoção das areias do fundo dos rios. Discutiu-se a questão ambiental, mas não se preocupou o quanto isso também impacta na profundidade dos rios e no extravasamento disso. Então, tem um mundo multifatorial que não atinge exclusivamente o território de Porto Alegre, mas sim todos. Afinal de contas, nós temos cidades lindeiras que tiveram 30 pessoas mortas. Teve municípios aqui que foram muito mais atingidos, e outros que foram 100% atingidos. Então, nós temos uma responsabilidade compartilhada, e não adianta querer colocar a culpa em um único, acho que todos somos responsáveis por esse processo.

Outra questão é sobre os trabalhadores. Onde estão os trabalhadores? Na região oeste, as equipes estão atuando nas unidades móveis, na Clínica da Família Moab Caldas, na Clínica da Família Modelo, na São Gabriel, na Cristal, na Vila Cruzeiro... (Problemas na conexão.) ...Santa Tereza. Os trabalhadores das unidades da região norte são várias. As equipes foram fechadas, distribuídas para atendimento nos abrigos; não só nos abrigos, nos postos avançados, na Clínica da Família do IAPI, Assis Brasil, Beco dos Coqueiros, Conceição. A gente também... A Jenor Jarros, a Passo das Pedras, enfim, a gente redistribuiu isso. Na Região Leste, os atendimentos prestados na unidade Mapa, que também foi atingida e rachou, ela já tinha uma rachadura e piorou. Acho que é isso, mas eu detalho na semana que vem com mais riqueza. Também, quando é que vai voltar? Aí já entra no questionamento da Dra. Márcia Bento. Eu ainda não tenho como prever isso, por quê? Porque o Ministério da Saúde, quando vai voltar dentro da própria unidade de saúde... (Problemas na conexão.) Tem até o dia de hoje, até o dia 25, o Ministério da Saúde deu de prazo para a gente escrever no InvestSUS. Nós já escrevemos, ainda nos primeiros 15 dias das cheias, a gente já escreveu sobre os equipamentos perdidos. Ainda não tivemos resposta de quanto vai ser possível de o governo federal aportar para ajudar dentro do processo. Nós finalizamos hoje a inscrição... (Problemas na conexão.) Então, é o seguinte: as inscrições vão até

o dia de hoje, nós estávamos com problema porque uma das etapas é a inscrição no Sismob, tu vais escrever no InvestSUS, ele passa para o Sismob. O Sismob estava fora do ar, retornou na noite de ontem, e ainda faltava a gente escrever seis unidades entre construção e reforma. Já vou complementando o que a Dra. Márcia Bento pergunta. Hoje, com certeza, nós precisamos construir nova unidade da Asa Branca; todas as outras serão reformadas, com exceção da Asa Branca, que será construída nova; a Mapa, que serão construídas duas outras unidades de saúde, porque é uma equipe de 18 mil pessoas e com o terreno que a gente ela cabe apenas 12 mil pessoas, então, vamos fazer duas unidades, vai envolver a unidade Mapa e a Quinta do Portal. Nós já escrevemos lá no InvestSUS que serão duas novas unidades de saúde a partir da Mapa, que não existirá mais, então, são três construções. E nós temos outras três unidades de saúde que são das ilhas: a Ilha dos Marinheiros, a Ilha do Pavão e a Ilha da Pintada. A Ilha do Pavão, nós gostaríamos de escrevê-la como modalidade de unidade de saúde flutuante, porque ela fica ali na beira, mas essa possibilidade não está disponível para o Estado do Rio Grande do Sul, só é possível no estado do Amazonas e na região pantaneira. Nós já solicitamos ao Ministério da Saúde para rever isso, mas como eles têm que fazer isso passando pela CIT... Eu acho que essas burocracias são importantes, mas também atrapalham o processo. Nós vamos escrever como construção de unidade e vamos pleitear a mudança, porque ali tem que ser flutuante, minha sugestão é que a gente coloque como flutuante. Porque qualquer local ali é área de preservação, não vai ter propriedade de terreno e eu não vou conseguir construir, porque tem uma questão de obrigatoriedade de terreno. Então, eu sou obrigado a fazer a reforma do que tem ali, que é muito pequena, inadequada, ou eu vou ter que fazer unidade flutuante. E as outras duas, a Ilha da Pintada e a Ilha dos Marinheiros, nós ainda não discutimos com a comunidade, até porque estamos esperando a comunidade voltar, nós escrevemos como construção, nós vimos a possibilidade de fazer com pilotis, mas o valor da obra mais que dobra, não é barato, então, uma unidade que custa R\$ 4 milhões chega a R\$ 8 milhões ou R\$ 9 milhões. Porque não é só levantar dois metros, é um alicerce de muito mais de dois metros

para baixo numa areia, numa região alagadiça, então, é um pouco mais difícil. A outra opção é a gente fazer unidade resiliente do tipo removível, que é tu pegares carretas gigantes, que ampliam para frente, para trás e para cima, que tem quatro consultórios, tudo mais, e que nós escrevemos como... Que também não tem essa possibilidade no InvestSUS, ela só tem uma carreta coletadora. A gente pediu para o Ministério da Saúde ver, eles gostaram da ideia, mas não foi possível fazer até a data de hoje, mas por orientação do próprio Ministério da Saúde, que eu quero agradecer aqui especialmente o Dr. Felipe Proença, que tem sido um bom parceiro e ajudado bastante a gente nas orientações, e a sua equipe. Ele pediu para a gente colocar como construção normal, e a gente evoluir nas próximas semanas e meses para unidade resiliente dentro desse processo. De fato, são seis construções novas e as demais são todas reformas. Nós estamos num processo de limpeza, já fizemos a avaliação estrutural das unidades de saúde e já temos a estimativa de custo, que foi lançada dentro desse projeto. Tivemos a parceria do SESI, que nos ajudou a fazer o levantamento desses custos gratuitamente, o SESI nos ajudou dentro do processo; além das nossas equipes de engenharia, que eu queria aqui agradecer muito. A gente já vai fazer um processo emergencial para a reforma dessas unidades de saúde e também ver com as parceirizadas, porque dentro do contrato com as parceiras também existe a possibilidade de reforma. Dentro disso, a gente começa já, neste ano, sim, a reformar, e eu não tenho dúvida nenhuma que eu espero este ano já entregar algumas delas o quanto antes. Enquanto isso, nós vamos atender nos próprios pátios das unidades, quando tem, com estruturas móveis. Não vai faltar onde fazer o atendimento das pessoas, pode ter certeza absoluta, pois nós vamos voltar para onde as pessoas estão. Também vai ter residências transitórias, e nós vamos montar equipes para atender nessas residências transitórias, como a gente fez com os abrigos. São etapas burocráticas administrativas que a gente tem que passar. Então, só quando a gente tiver isso, e o Ministério da Saúde sinalizou da possibilidade, daqui a 15 dias, de dar resposta para a gente, e aí para nós facilita. Tendo o recurso financeiro fica mais fácil, porque o que faltava era o recurso financeiro.

Com relação ao que o vereador colocou sobre a ausência do poder público, Ver. Oliboni, eu até gostaria muito de compartilhar uma tela, só para poder observar, espero que vocês consigam ver rapidamente. Esse é o *site* do Instagram, mas a gente tem outros sites, a gente tem outras redes sociais, aqui tem todas as ações que a gente faz. Exatamente hoje são 25 mais 30, são exatamente 55 dias que eu e boa parte da equipe não paramos de trabalhar nenhum dia. Nós estamos, como senhor pode ver, com o nosso CAPS Céu Aberto, Pernambuco, nos atendimentos locais provisórios, a gente está com a nossa operação inverno, a gente está aplicando a estratégia de prevenção ao *Aedes*. Aí já respondendo, uma das nossas estratégias no enfrentamento ao *Aedes* é a aplicação desse inseticida na parte interna das casas das pessoas, a gente continua ainda com todos os nossos pontos de coleta. Nós estamos trabalhando a questão da saúde mental, cuidar da saúde mental dos nossos trabalhadores é fundamental, então a gente tem feito ações conjuntas com relação a isso. Entrega das fraldas, locais para retirar medicamentos. A secretaria municipal soma as atividades do mutirão de cidadania no Praia de Belas. Nós estávamos lá no CTG Vaqueanos, nós estamos com as equipes ali fazendo atendimento. Operação inverno, serviços. Nós estivemos também lá nos abrigos do Mercado Público. Aqui, por exemplo, o posto avançado de saúde da Capitão Coelho, lá nas ilhas, onde a gente está fazendo atendimento, aqui é um exemplo da nossa unidade móvel. Aqui está a questão dos medicamentos, como a gente adquiria, aqui estão as visitas nas unidades de saúde, aqui está o nosso consultório na rua, fazendo atendimento aos moradores atingidos pelas enchentes nas ilhas. Aqui está a visita às unidades de saúde. Eu fiz questão de abrir unidade por unidade de saúde, acompanhar cada um dos nossos gestores para ouvir o drama de cada um deles, se colocar do lado deles e abraçá-los nesse momento difícil, porque aquilo ali é a casa deles, muito mais do que a nossa casa muitas vezes, Então, aqui a gente tem uma série de ações, a limpeza após as inundações, como elas estão acontecendo. Sugiro até ao vereador dar uma visitada, não tem problema de visitar o *site* do governo, todas as ações feitas. E aqui eu queria agradecer à equipe da Santa Casa, que tem sido incansável, eu estou vendo aqui o Dr.

André, que também trabalha lá, mas está representando Cremers, tem sido parceiro de luta nesse processo aí. Eu diria o seguinte, só não enxerga quem não quer ver, mas nós estamos presentes. Eu tenho ido todos os dias, sem exceção, sábado, domingo, feriado, todos os dias, inclusive para explicar para a população que nós estamos junto com eles, porque todos nós perdemos com todo esse desastre e que, se existe um culpado, somos todos culpados. Não adianta as pessoas quererem tirar o corpo fora, porque não procede. Se temos responsáveis, todos somos.

Com relação à fila de espera, não é um problema fácil de ser resolvido. A gente ampliou muito a oferta de serviços, mas a necessidade aumentou muito. A população, nos últimos anos 4 ou 5 anos, envolvendo dois presidentes, em todas as gestões, inclusive empobreceu muito. Nós tivemos uma crise do IPÊ, que foi sem precedente, e essas pessoas procuram o Sistema Único de Saúde, também não enxerga quem não quer ver, e isso fez com que as pessoas procurassem o serviço do Sistema Único de Saúde. O financiamento do SUS não acompanhou o mesmo número de pessoas que podem... (Ininteligível.). Nós colocamos mais recursos, em bilhões de reais, nós já estamos em R\$ 3 bilhões, aqui da Prefeitura de Porto Alegre. Então, a gente tem feito esse processo, mas as filas continuam crescendo, a população vem envelhecendo, o poder aquisitivo das pessoas, para planos de saúde, de saúde suplementar, vem diminuindo, e é óbvio que isso vai impactar diretamente o Sistema Único de Saúde.

Com relação à vacina da dengue, eu corroboro o documento pedindo a vacinação, só não pode ser feita para os idosos infelizmente. Infelizmente não foi testada a vacina para as pessoas acima de 60 anos de idade, então, eu lastimo. Espero que a vacina da Fiocruz possa ser disponibilizada o quanto antes, parece que estão fazendo a pesquisa, e aí talvez, a gente consiga vacinar. Eu queria muito que, no ano que vem, a gente começasse, está aí o desafio, vacinando de zero a 59 anos de idade pelo menos. Esse é o grande desafio que a gente coloca aí, afinal de contas, nós lutamos, e eu lutei pela vacina, fui um defensor da vacina, sou defensor incondicional da vacina, e acho que ninguém tem que ser obrigado a tomar a vacina, porque a vacina é uma questão de

escolha pessoal. O meu papel, como poder público, é orientar, desmistificar e desmentir as pessoas, mas também, de cobrar que a vacina chegue. Eu espero que essa vacina e as novas vacinas cheguem.

Com relação à questão do problema dos agentes comunitários de saúde, que o senhor colocou, eu acho que algumas coisas já foram resolvidas, não sei se tudo, nós vamos ter que olhar caso a caso, mas uma boa parte colocou. E eu acho que, aproveitando o trocadilho que o senhor colocou sobre a questão dos agentes, aquele que foi cadastrado como Presidente da República é óbvio que foi um problema de digitação, um erro humano de digitação, mas a mesma verdade também podia ser assim, em vez de o agente comunitário de saúde receber um alto salário do Presidente, o Presidente poderia receber o salário do agente comunitário de saúde. Também está feito o desafio, seria interessante isso também.

Com relação às emendas, eu só queria dizer que aquelas são as emendas do 1º quadrimestre – janeiro, fevereiro, março e abril –, então há mais emendas, e já veio a orientação, pelo menos aqui para a Secretaria de Saúde veio a orientação para tocar todas as emendas. Nós vamos executar todas as emendas, serão executadas na próxima apresentação do relatório de gestão. Provavelmente a gente já vai ter outros números muito maiores e quantitativos porque muitas emendas são compras, e não tem como fazer a compra rápida então vai aparecer aí dentro em breve.

Ver.^a Cláudia, como faz a prevenção da dengue nesses tempos de enchente? Eu acho que é reforçando os cuidados que deve ter, fazendo a limpeza das ruas – nós tivemos um grande mutirão lá no Sarandi, mas ainda há muita coisa para ser feita. Se alguma pessoa acha que, em poucos dias, ia se conseguir fazer limpeza, enganou a população. Na realidade, a limpeza vai durar meses, tem a limpeza mais grossa, limpeza mais fina; nós já estamos entrando para o segundo mês, sendo que 30 dias, desses meses, ficaram debaixo d'água dentro desse processo. Então a gente vai intensificar as nossas ações, o uso de inteligência e o monitoramento.

Aporte de recurso federal, já tivemos uns aportes, nós já estamos usando esses recursos para a gente poder... Porque nós tivemos gastos, perdemos medicamentos, compramos medicamentos, reforçamos as equipes então a gente está fazendo investimento e aguardando aprovação de novas emendas, novos recursos. E as emendas impositivas entregues... Lembrem que é primeiro quadrimestre, é o quadrimestre que menos vai aparecer, só as emendas mais fáceis foram colocadas.

Ver.^a Tanise, preocupação com a saúde mental é nossa preocupação. Nós temos conversado muito sobre isso, e a gente tem ouvido muito o que a senhora tem para nos complementar. Na semana que vem, justo quando a gente vai falar sobre as equipes multiprofissionais, eu queria dar um destaque especial à questão da saúde mental, se a senhora permite. Eu vou também fazer uma apresentação específica só sobre a parte de saúde mental dentro desta pauta que foi sugerida pela Ver.^a Claudia, e a gente ter várias ações. O que me falaram aqui sobre o edital é que, provavelmente na semana que vem, já sai o edital. Estamos nessa expectativa para sair esse edital. Tenho certeza de que nós vamos ter um grande apoio da sociedade civil que vai nos ajudar dentro do processo.

Promotora, Dra. Márcia Bento, hoje todos aqueles postos que senhora visitou continuam, nenhum... Estamos ampliando, inclusive, nós estamos recebendo mais duas carretas, nós vamos botar ali na Fradique Vizeu, vamos botar ali na Asa Branca, nós vamos botar lá na Vila Brasília, nós vamos botar na Nova Brasília e na outra lá que fugiu agora, junto ao dique. A nossa ideia é, pelo contrário, é ampliar esse processo.

Com relação à questão das emergências, bom, esse é um problema crônico, difícil de a gente manejar. A gente botou 135 leitos, existem também os 100 leitos do Grupo Conceição que vão nos ajudar, estão sendo implantados também vem o... (Ininteligível.) ...está aí, e tem nos ajudado muito nesse processo. Além dos 135, tem mais 100 leitos, eu acho que, nos próximos dias, a tendência é melhorar. Eu lembro que o Ministério da Saúde aprovou mais de 500 leitos no interior do Estado, e eu espero, eu peço encarecidamente que a regulação do

Estado seja sensível e que esses leitos não sejam *fake news* leitos e que não sejam leitos para baixa complexidade única exclusivamente, são leitos calamidade. Antes de colocar em Porto Alegre, primeiro esgote, e uma das coisas – que talvez fica meu desafio aqui – é a seguinte: esses leitos, assim como nós publicizamos nossos leitos em tempo real, como gerente, ele permite em tempo real visualizar a ocupação desses leitos. Talvez um desafio, Dra. Márcia, nos ajude com o Ministério Público, para que cada leito seja disponível publicamente para a gente ver a taxa de ocupação dos leitos. Esse é meu sonho de a gente fazer isso, sabe, de a gente colocar, porque eu tenho dúvida com relação à ocupação desses leitos.

SRA. MÁRCIA BENTO: Vamos trabalhar nisso...

SR. FERNANDO RITTER: Vamos trabalhar nisso.

SRA. MÁRCIA BENTO: Eu me coloco à disposição para a gente tentar fazer isso, por que eu também acho isso importante.

SR. FERNANDO RITTER: Isso, sabe? Porque é muito fácil... Eu queria ver o município que faz o que Porto Alegre faz de transparência para mostrar a taxa de ocupação das suas emergências, dos seus leitos, entendeu? Todos, e que isso fosse uma lei estadual – está aí o desafio a todos os nossos parlamentares – que obrigue a botar trânsito em tempo real. Com o sistema gerente, é possível de fazer isso, e o Estado do Rio Grande do Sul todo ter uma lei estadual que obrigue a ficarem transparentes os processos. Eu tenho certeza de que as coisas vão começar a melhorar, eu tenho certeza absoluta de que isso vai ajudar dentro desse processo. Mas eu acho que vai melhorar com esses 500 leitos, eu já levantei 200 e tantos leitos, pedi para a regulação do Estado priorizar não mandar pacientes menos graves, aqui para Porto Alegre, para ocuparem leitos. Porque, às vezes, só o fato de receber alta e vir buscar paciente, demora dois dias. Dois dias são cruciais para a gente poder girar o leite, e a média de

internação fica muito alta, ou seja, tem um trabalho aí que precisa ser conjunto. E vai ser possível porque o Ministério da Saúde permitiu leitos, e agora é uma questão de organização entre os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e, sob a coordenação e batuta do governo do Estado, tenho certeza de que isso vai ajudar bastante.

Espero que eu tenha respondido todas as questões, peço desculpa. Na semana que vem, nós estaremos de volta na Comissão de Saúde, a pedido da pauta da Ver.^a Cláudia Araújo, para tratar sobre saúde pós-enchente. Muitas coisas eu vou detalhar com mais riqueza de detalhes para todos, e ficamos à disposição. Ver.^a Lourdes, te devolva a condução dos trabalhos, obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada, cumprimento o secretário pela apresentação, por ter nos proporcionado também o recebimento ontem de todo esse material em que poderemos nos aprofundar mais. Na próxima reunião da COSMAM, já aproveito a informalidade aqui para pedir à Vigilância Sanitária levar informações sobre as zoonoses, sobre esses 10.000 animais aproximadamente que entraram em Porto Alegre. As zoonoses, como sabemos, também são transmissíveis aos humanos. Então seria essa a minha observação para a próxima reunião que deverá ser presencial na Câmara Municipal de Porto Alegre. Hoje a nossa audiência pública teve mais de 90 participantes, e todos estão convidados para a reunião da Comissão de Saúde Meio Ambiente na próxima terça feira, às 10h, na Câmara Municipal. Muito obrigada. Bom dia a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h54min.)